

Afif acusa pressão para "liberalizar" impostos

Os constituintes que integram as comissões da Ordem Econômica e de Tributação vêm sofrendo a pressão de lobby organizado pelos governos da União, dos estados e dos municípios, no sentido de incluírem no próximo texto constitucional uma maior "liberalização" no aumento de impostos arrecadados em cada unidade federativa.

A denúncia é do deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP), apontando o deputado José Serra (PMDB-SP), relator da Comissão de Tributação, como o alvo preferido dos lobistas. "Existe já na Comissão de Tributação um grupo que quer fazer desaparecer a imunidade das microempresas e a sua

municipalização", diz o deputado do PL.

"Somente o cidadão — diz Afif —, o principal interessado no problema tributário, não tem seu lobby dentro da Comissão. Então, teremos de uma só vez, dois aumentos de impostos. Aquele que é feito por decreto, como o anunciado inadvertidamente pelo ministro da Fazenda, Bresser Pereira, e o outro que virá embutido no texto constitucional".

O deputado paulista anuncia que vai apresentar uma emenda ao projeto constitucional que trata da questão dos tributos, simplesmente proibindo a cobrança de imposto de qualquer natureza sobre os produtos de consumo básico, porque entende que a necessidade insaciável de

receita por parte do Estado põe em risco a aquisição destes produtos pela população.

Guilherme Afif prevê, porém, que o aumento desenfreado das tarifas tributárias tornar-se-á, em breve, um feitiço que vai virar contra o feitiço. Isto é, quanto mais se aumenta a carga, menos se arrecada. "Outro dia eu encontrei um fiscal e disse que ele tinha uma grande função social. Ele então quis saber qual seria a função social e eu disse que era fechar os olhos para a lei. E é mesmo. Porque se formos cumprir a lei acabaremos todos estrangulados".

Agenda — As reuniões da Comissão da Ordem Econômica estão suspensas até segunda-feira.

Ordem Social

Sindicalistas tentam manter conquistas dos trabalhadores

A divergência de posições sobre questões como estabilidade no emprego, redução da jornada de trabalho, férias pagas em dobro, direito de greve e imprescrição do efeito retroativo nas indenizações por demissão, propostas no anteprojeto da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, está provocando a formação de pelo menos três grupos articulados dentro da Comissão de Ordem Social.

De um lado está o grupo dos sindicalistas, com representantes como os deputados Paulo Paim (PT-RS), Mário Lima (PMDB-BA) e Domingos Leonelli (PMDB-BA), que lutam pela manutenção do texto original do anteprojeto. De outro está o deputado Luiz Carlos Pontes (PMDB-RS), que se articula para apresentar um substitutivo ao anteprojeto do relator Almir Gabriel (PMDB-PA), restabelecendo a jornada de 48 horas semanais — o anteprojeto propõe 40 horas —, o efeito retroativo de dois anos para indenizações trabalhistas e o atual texto constitucional sobre estabilidade no emprego. O deputado Max Rosenmann (PMDB-PR) representa um grupo in-

termediário, que busca o consenso, através de negociações entre os constituintes da comissão.

As mais de 50 propostas apresentadas pro Rosenmann, no entanto, poderão resultar numa aproximação de seu grupo com o de Pontes, já que ele é contra as 40 horas semanais e a inexistência de prazo prescricional nas indenizações por demissão, como querem os sindicalistas. Quanto à estabilidade no emprego, ele tem uma proposta que considera intermediária: a estabilidade assegurada ao trabalhador despedido ou fundo de garantia equivalente, com incidência de multa em uma ou outra hipótese, proporcionalmente progressiva em relação ao tempo de serviço. Ele propõe um aumento do percentual mínimo de 10% para 20% sobre o salário do trabalhador demitido, com o acréscimo de 2% ao ano por tempo de serviço.

Reivindicações Os deputados que querem a aprovação, na íntegra, do texto original do anteprojeto acompanham as propostas do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), que uniu as três centrais sindicais do país (CUT, CGT e USI), nove

confederações nacionais e nove entidades nacionais representativas do funcionalismo público, em torno de reivindicações comuns. O deputado Paulo Paim (PT-RS), que é vice-presidente da CUT, garante que a estabilidade desde a admissão gera emprego, na medida em que impulsiona o mercado interno, através da participação de mais trabalhadores. Ele apresentou mais de 40 emendas aditivas à Comissão da Ordem Social, para tentar manter os avanços obtidos na subcomissão e mostra-se irredutível quanto a negociar.

Já o deputado Luiz Roberto Pontes (PMDB-RS), que é presidente nacional das empresas de Construção Civil, apresentou emendas supressivas sobre estabilidade, jornada de trabalho e efeito retroativo para indenização.

Em sua avaliação, a aprovação do anteprojeto original significará a perpetuação da miséria no país.

Agenda — A comissão não se reúne hoje. O relator, senador Almir Gabriel (PMDB-PA) prepara o anteprojeto, que recebeu 1.292 emendas.

Para Genoíno emenda pode ser aprovada

O deputado José Genoíno (PT-SP) confia que a Comissão dos Partidos Políticos, Sistema Eleitoral e Garantia das Instituições, a exemplo do que já aconteceu nas subcomissões, venha aprovar o voto e alistamento eleitoral a partir dos 16 anos de idade. Genoíno reconhece que vai sofrer muitas pressões em sentido contrário, principalmente de setores que temem o voto da juventude, mais descompromissada com o passado e os vícios da política no Brasil. Para o deputado do PT, o jovem brasileiro de hoje está bastante apto a escolher seus representantes e também de ser votado.

Entre os adversários da idéia está o senador Jarbas Passarinho, que já se manifestou, inclusive em tom de troca, ao se referir a país que argumentam que seus filhos com 10,13 ou menos idade têm condições e maturidade política bastante para votarem. Passarinho já disse que se o entendimento fosse esse, a idade deveria ser de 12 ou 13 anos para puderem votar. Genoíno discorda da análise do senador e defende que o jovem tem condições e, principalmente o direito de participar da vida política, pois já participa da vida produtiva do País. Como exemplo, mostrou os jovens de 15, 16 e 17 anos que prestam serviços na Câmara dos Deputados.

José Genoíno disse que a sociedade brasileira sempre escolheu alvos para as discriminações. A mulher foi impedida de votar e ser votada durante anos. Mais tarde os analfabetos. Agora são os jovens e os militares. "E preciso que se entenda de uma vez que o jovem, o militar e o analfabeto não são cidadãos de segunda classe".

Agenda — O relator Prisco Viana continua analisando as propostas de emendas recebidas. Seu substitutivo somente estará pronto no domingo, para análise na reunião de segunda-feira. Até lá a Comissão dos Partidos Políticos, Sistema Eleitoral e Garantias Individuais, não terá outra atividade.

Finanças

Serra tem excesso de emendas

O relator da Comissão da Reforma Tributária, Orçamento e Finanças da Assembleia Constituinte, deputado José Serra (PMDB-SP), teve de convocar ontem às pressas — e até ampliar — sua assessoria técnica para examinar a tempo as 1.164 emendas que deram entrada na comissão em apenas três dos cinco dias de prorrogação do prazo para apresentação do relatório final.

Do total de emendas novas registradas na Comissão, 727 tratam de questões relacionadas com a área tributária, 227 referem-se à parte financeira, e 210 tratam do orçamento.

José Serra pretende apresentar seu relatório em sessão plenária da comissão na segunda-feira (8), quando haverá oportunidade para que os 63 membros efetivos possam apresentar novas emendas. Nesse caso, o prazo será prorrogado até terça-feira (9).

Novas emendas

Na área tributária, boa parte das emendas apresentadas mostra uma preocupação clara com a descentralização, em favor dos estados e municípios, dos mecanismos de arrecadação e distribuição da carga tributária. Nesse sentido, uma proposta do senador Vigilio Távora (PDS-

CE) preconiza a possibilidade dos estados e municípios criarem impostos. Simão Sessim (PFL-RJ) pede a criação do Imposto Federal de Consumo (IFC) em lugar do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI).

Na área financeira, emenda do deputado Gabriel Guerreiro (PMDB-PA) tornam privativos de funcionários do governo a presidência e cargos de direção de instituições financeiras e empresas do Estado.

Agenda — A próxima atividade prevista é a apresentação, sábado, dia 6, do substitutivo pelo relator, deputado José Serra (PMDB-SP).

PELA REDUÇÃO DOS JUROS Contra o Capitalismo Sem Risco

O Sistema Financeiro e a Constituinte

Tendo em vista notícias controvertidas sobre o trabalho da Subcomissão do Sistema Financeiro na Constituinte, informo que nosso relatório foi aprovado por unanimidade, com pequenas modificações votadas em destaque, pelo que não procedem as informações sobre a destituição do seu relator.

Para maior esclarecimento da opinião pública a respeito do que foi aprovado, são as seguintes as principais propostas da Subcomissão: **Carta Patente** — Fica eliminado o sistema cartorial de concessão de cartas-patentes, que deixam de ter valor comercial. As atividades financeiras serão exercidas por bancos e cooperativas de crédito, corretoras e etc., cuja autorização será obtida, sem ônus, por todos quantos comprovem idoneidade e capacidade técnica, econômica e financeira".

Contra a socialização dos prejuízos e privatização dos lucros

O projeto aprovado procura fazer com que o sistema financeiro ingresse na era do capitalismo, con-

seguindo maior eficácia através da livre concorrência que se estabelecerá com a criação de centenas de novas instituições, reduzindo o custo dos financiamentos, no aproveitamento das vantagens da economia de mercado.

A União está proibida de, através de suas instituições financeiras, responsabilizar-se pelos depósitos ou aplicações nas instituições financeiras privadas. O Fundo de Seguro de Depósitos Bancários, formado por estas instituições garante os depósitos populares.

Crime do "colarinho branco" — Todos os recursos do Governo serão depositados em suas instituições financeiras. Com isso, elimina-se escândalos do tipo SUNAMAM e SERPRO, ao mesmo tempo em que garante recursos a baixo custo para aplicação na área social. Os chamados "crimes do colarinho branco" passam para a competência da Polícia Federal e Justiça Federal.

Banco Central — A instituição passa a cumprir somente as funções clássicas de autoridade mo-

netária, controlando a moeda e o crédito, fiscalizando o sistema financeiro. O Tesouro Nacional passa a gerir a dívida pública através do Banco do Brasil. A diretoria do BC será nomeada pelo Presidente da República, para um mandato de quatro anos, após aprovação pelo Congresso Nacional, que poderá votar a sua destituição ou aprovar expediente do Presidente da República neste sentido. Quatro anos antes e depois, esses diretores não poderão exercer funções em entidades financeiras privadas.

Extinção do Conselho Monetário Nacional — Fica extinto o CMN. O congresso Nacional readquire suas prerrogativas de legislar sobre matérias econômicas, financeira e cambial. Será criada uma comissão mista permanente que, de forma ágil, assumirá parte das atuais atribuições do CMN.

Bancos Estaduais — A emissão de títulos de crédito por Bancos Estaduais, terão limites fixados pelo Banco Central, como já ocorre com a Dívida Pública dos Estados.

Fernando Gasparian

Relator da Subcomissão do Sistema Financeiro